

Alemães admitem debate político

Bonn — Pelo menos os bancos alemães já estão admitindo discutir em termos políticos a dívida latino-americana. Eles acham que chegou a hora de realizar reformas profundas no sistema monetário internacional, *querem mais participação do Poder Público na solução da crise do endividamento e dizem também que o FMI precisa abrandar as condições impostas nos programas de ajustamento aos países devedores.*

Isto foi dito ontem por um dos diretores do Deutsch-Suedamerikanische Bank (uma filial do Dresdner Bank), Juergen Westphalen, a um grupo de jornalistas latino-americanos reunidos pelo Governo alemão em Bonn. Falando sobre "a dívida latino-americana da perspectiva dos bancos alemães", Juergen Westphalen comentou também os resultados do encontro de Cartagena:

— Não trouxe novidades para nós e nem surpresas. Na verdade, já existe o cartel dos credores e o cartel dos devedores, mas isto não é o mais importante. O fato é de que reconhecemos que a questão do endividamento tem de ser discutida politicamente, talvez dentro da proposta do Presidente Mitterrand de aumentar o comitê interino do FMI ou de convocar uma grande conferência monetária internacional com a participação de países como Brasil, México, Índia ou Argentina".

Nova estratégia

Dizendo que "o problema da dívida é mais político do que econômico", Juergen Westphalen fez algumas sugestões" em caráter estritamente pessoal, pois na economia alemã ou entre os bancos não há ainda qualquer receita para sair dessa crise":

— Financiar o desenvolvimento de países endividados através de créditos suaves concedidos por agências internacionais ou instituições governamentais, em base multilateral ou bilateral.

— Modificar a estratégia de desenvolvimento desses países, substituindo importações supérfluas (como armas ou gêneros alimentícios) e evitando conceder créditos financeiros usados apenas para "tapar buracos" no balanço de pagamentos.

"Tudo isto eu sei que é apenas para o futuro", disse Westphalen. "Para o futuro também seria o caso de alterar a estrutura da dívida latino-americana, que no momento é em 91% privada e em 9% pública. Isto tornaria imediatamente mais fácil também o serviço da dívida,

pois os créditos concedidos numa base privada foram obtidos em condições duras de mercado, e banco nenhum vai renunciar agora a seus direitos", afirmou

Brasil não tão ruim

No caso brasileiro, Juergen Westphalen acha que seu banco e seus colegas das praças financeiras de Frankfurt e Dusseldorf estão agora mais confiantes. Ele acha que manipular apenas os números relativos à dívida não fornece um quadro real do problema.

— Se considerarmos o montante da dívida brasileira em relação ao seu Produto Interno Bruto, veremos que o Brasil não se encontra em primeiro lugar entre os devedores, e sim em 13º; ou seja, numa posição bem menos complicada e mais saudável. O mesmo ocorre com México e Argentina. Ruim estão de fato países como Costa Rica e Nicarágua, que têm dívidas externas superiores em 100% ao próprio PIB. No caso do Brasil, estamos na base dos 46% — afirmou.

Westphalen não perdeu a chance de repetir velhas exigências da economia alemã: seria melhor para o Brasil, México, Argentina e outros abrir seus mercados para a participação do capital de risco estrangeiro, oferecendo melhores condições e legislação propícia. Ele acredita, por outro lado, que o limite da capacidade de contenção de importações dos países endividados já foi atingido.

WILLIAM WAACK

FIESP acha que limite é 15%

São Paulo — "Na minha opinião, o Brasil já tomou a decisão de pagar apenas o que tem condições e negociar o restante por um prazo mais longo. Se a **prime-rate** chegar a 15% no final do ano, o país não terá condições de honrar seus compromissos", afirmou, ontem, o presidente da Federação das Indústrias do Estado — FIESP — Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

O empresário, que também é vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), não acredita que a elevação da **prime-rate** tenha sido uma represália dos banqueiros norte-americanos à reunião de Cartagena, lembrando que "esta é uma decisão tomada de acordo com o comportamento do mercado"